



# PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO

## RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2019

FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES

Navegantes - SC

PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO (IN-TC-0020-2015, Art. 9º c/c Art. 14º)

I - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIDADE E RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS:

a) Informações Gerais:

Entidade:	Fundação Cultural de Navegantes
CNPJ:	04.238.035/0001-14
Endereço:	Rua Maria Leonor da Cunha, 432, Centro
Telefone:	(47) 3185 2013
E-mail:	cultura@navegantes.sc.gov.br cultura.superintendente@navegantes.sc.gov.br
Sítio Eletrônico:	navegantescultural.blogspot.com.br

b) Rol dos Responsáveis:

Nome	Marcos Venício Montagna
CPF	047.518.029-17
Cargo/Função	Superintendente
Período de gestão	de fevereiro de 2019 a dezembro de 2019
Ato Nomeação e data	Portaria nº 482 de 11 de fevereiro de 2019
Ato Exoneração e data	-
Endereço Residencial	Rua José Francisco Laurindo, 1420 A, apto. 203, São Domingos, Navegantes
E-mail	cultura.superintendente@navegantes.sc.gov.br

Nome	Luciane Chagas Bittencourt Pereira
CPF	051.992.889-03
Cargo/Função	Superintendente
Período de gestão	de outubro de 2017 a janeiro de 2019
Ato Nomeação e data	Portaria nº 3064 de 23 de outubro de 2017
Ato Exoneração e data	Portaria nº 398 de 01 de fevereiro de 2019
Endereço Residencial	Rua 26 de agosto, 85, Apto. 202 – Centro/Navegantes/SC
E-mail	cultura.superintendente@navegantes.sc.gov.br

c) Estrutura organizacional, incluindo conselhos, quando existentes:

A Fundação Cultural de Navegantes, possui o seguinte conselho vinculado a entidade:

Nome do conselho	Conselho Municipal de Cultura
Fonte legal:	Lei nº 2286 de 19 de março de 2010
Quantidade de Membros Governamentais	6
Quantidade de Membros da Sociedade Civil	10
Data da Última Reunião	20 de dezembro de 2019

A Fundação Cultural de Navegantes, possui na sua estrutura organizacional:

Título do Cargo	Lei de Criação do Cargo	Quantidade Legal	Quantidade Ocupada
Assessor Técnico	LC nº 1.361/2000	2	1
Assistente de Produção Cultural	LC nº 1.361/2000	1	0
Assistentes de Biblioteca	LC nº 1.361/2000	1	1
Bibliotecária	LC nº 1.361/2000	1	1
Coordenador de Espaço Cultural	LC nº 1.361/2000	1	1
Diretor Administrativo	LC nº 1.361/2000	1	1
Diretor Técnico	LC nº 1.361/2000	1	1
Gerente de Artes Cênicas e Música	LC nº 1.361/2000	1	0
Gerente de Artes Visuais e Audiovisual	LC nº 1.361/2000	1	0
Monitor de Oficinas Culturais	LC nº 1.361/2000	1	0
Monitor de Tele Centro	LC nº 1.361/2000	1	1
Produtora Cultural	LC nº 1.361/2000	1	1
Superintendente	LC nº 1.361/2000	1	1
Técnico de Cinema	LC nº 1.361/2000	1	1
Técnico de Teatro	LC nº 1.361/2000	1	0
Diretor de Escola de Arte	Lei nº 282/2016	1	0
Arte-Educadores	Lei nº 282/2016	30	0

d) Competências institucionais, indicando as normas legais e regulamentares correspondentes:

Fundação Cultural de Navegantes – LC nº 1.361 de 20 de dezembro de 2000

Art. 2º A Fundação Cultural de Navegantes tem por objetivos:

I - Incentivar, difundir e promover a prática e o desenvolvimento da atividade cultural e artística no Município;

II - conservar, zelar e administrar o patrimônio cultural e artístico do Município de Navegantes;

III - manter e administrar os seguintes órgãos:

a) Centro Integrado de Cultura;

b) Escola de Arte "Dona Bentica";

- c) Galeria de Arte "Joaquim Rodrigues";
- d) Biblioteca Pública Municipal "Cruz e Sousa";
- e) Espaço Cultural do Centro Unificado das Artes e dos Esportes (CEU);
- f) outros órgãos que vierem a ser criados.

IV - promover e patrocinar pesquisas de caráter cultural;

V - receber e conceder bolsas de estudos, quando se tratar de incentivo a produção científica relacionada a cultura;

VI - instituir e administrar, juntamente com o Conselho Municipal de Cultura de Navegantes, o tombamento arquitetônico, artístico, histórico e paisagístico no Município.

Conselho Municipal De Cultura – LC nº 1.361 de 20 de dezembro de 2000:

Art. 9º Além das competências previstas no artigo 2º da lei nº 2286 de 19 de março de 2010, compete ao Conselho Municipal de Cultura:

I - examinar e aprovar:

- a) o plano de trabalho da Fundação;
- b) o orçamento e o plano de aplicação dos recursos;
- c) o plano de contas;
- d) o Regimento Interno da Fundação.

II - propor o quadro de pessoal e o plano de classificação de cargos, bem como as respectivas alterações, submetendo-as à aprovação do Chefe do Poder Executivo Municipal;

III - estabelecer a política cultural do Município;

IV - encaminhar ao Chefe do Poder Executivo Municipal o relatório anual de atividades, a prestação de contas e o balanço geral elaborado pela Superintendência, acompanhado de parecer subscrito pelos membros do Conselho;

V - propor reformas estatutárias que se fizerem necessárias;

VI - deliberar sobre a guarda, a aplicação e a movimentação dos bens da Fundação;

VII - aprovar convênios, contratos ou acordos de que participe a Fundação;

VIII - analisar outras matérias de interesse da Fundação, quando submetidas à sua apreciação.

Parágrafo Único - O exercício do mandato de membro do Conselho Municipal de Cultura será gratuito e considerado de relevância comunitária."

Conselho Municipal De Cultura - Lei nº 2.286, de 19 de março de 2010:

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal de Cultura:

I - estudar e propor à Fundação Municipal de Cultura de Navegantes, com ampla participação popular, a política cultural do município, bem como formular políticas e diretrizes para o Plano Municipal de Cultura;

II - apreciar, aprovar e acompanhar a execução do Plano Municipal de Cultura;

III - colaborar com os órgãos colegiados das esferas municipal, estadual e federal na formulação, execução e fiscalização das políticas de cultura do município, do Estado e do país;

IV - garantir a cidadania cultural como direito de acesso e fruição dos bens culturais, de produção cultural e de preservação das memórias histórica, social, política, artística, paisagística e ambiental;

V - propor a concessão de auxílio, de acordo com as dotações específicas, às instituições com fins culturais - oficiais ou particulares - tendo em vista a conservação e a guarda do patrimônio cultural do município;

VI - cooperar na defesa e na conservação do patrimônio cultural do município;

VII - opinar sobre os projetos apresentados pelas instituições artístico-culturais de Navegantes para efeitos de celebração de convênio com o município;

VIII - apreciar e opinar nos projetos de ações artístico-culturais da Fundação Municipal de Cultura;

IX - emitir parecer ou tomar providências acerca de assuntos de natureza artístico-cultural que lhe sejam submetidos pela Administração Municipal, por seus Conselheiros ou por entidade artístico-cultural de Navegantes;

X - opinar sobre articulações necessárias com órgãos federais, estaduais ou municipais, universidades, escolas e instituições, para assegurar a coordenação e a execução de programas artístico-culturais;

XI - indicar representante para integrar a Comissão Navegantina de Avaliação de Projetos Culturais, nos termos da lei que institui os incentivos à cultura no Município;

XII - apreciar o regulamento, supervisionar, acompanhar e fiscalizar as ações quando da implantação do Fundo Municipal de Cultura;

XIII - exercer as demais atividades de interesse da Cultura.

Grupo Gestor do Céu das Artes e dos Esportes - Lei 2.841, de 07 de fevereiro de 2014:

Art. 4º Compete ao Grupo Gestor:

I - Organizar a programação dos espaços culturais e esportivos;

II - Decidir sobre a forma de utilização dos espaços;

III - Fiscalizar a aplicação dos recursos;

IV - Buscar parcerias para programação de cinema e teatro;

V - Divulgar as ações através de assessoria de comunicação específica;

VI - Captar de recursos humanos e financeiros;

VII - Criar um calendário específico para o CEU;

VIII - Buscar oficinas e projetos culturais, esportivos, ambientais e sociais;

IX - Criar campeonatos esportivos que se tornem anuais, integrando bairros e escolas;

X - Criar circuitos entre escolas e bairros;

XI - Buscar informações sobre programas sociais;

XII - Formar parcerias para trabalhar assuntos de saúde, profissionalização e assistência social;

XIII - Criar cronogramas de ações de orientação e atendimento das necessidades do bairro.

PECART - Programa de Ensino e Capacitação nas Artes – LC nº 282, de 08 de janeiro de 2016, Anexo I:

### Objetivo Geral

Ampliar e regulamentar as alternativas de oferta de atendimento artístico-cultural, de forma a despertar e aprimorar aptidões pessoais dos educandos, consoante suas inclinações artísticas.

### Objetivos Específicos

Promover condições de acesso, aprendizagem e aperfeiçoamento, através do ensino e da capacitação em um programa continuado de atividades artísticas voltadas a crianças, jovens e adultos de Navegantes;

Subsidiar, por meio do conhecimento técnico e teórico, a prática das modalidades artísticas, a fim de despertar e desenvolver dons, talentos e aptidões pessoais em cada educando, visando à propagação das atividades culturais desenvolvidas em sala;

Capacitar o educando para a pesquisa, produção e interpretação das expressões artísticas, desenvolvendo habilidade de percepção, reflexão e potencial criativo;

Fomentar a articulação e a interação de recursos teóricos e práticos, possibilitando a atuação de agentes culturais versáteis e dinâmicos nos mais diversos segmentos culturais;

Estimular e incentivar o pensamento artístico-cultural, o senso crítico e a sensibilidade artística, com a utilização de técnicas e procedimentos tradicionais e experimentais;

Propiciar ao educando maior interação com o desenvolvimento das linguagens artísticas;

Formular, elaborar e executar apresentações, espetáculos, exposições e mostras como forma de socializar os resultados dos trabalhos desenvolvidos, demonstrando o potencial artístico individual e coletivo dos educandos.

## II - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE:

a) Programas de governos sob a responsabilidade da unidade jurisdicionada:

1 e 2- Planejamento e Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da Unidade:

Situação orçamentária:

Cód. Programa	Título Do Programa	Prev. Inicial	Prev. Atualiz.	Desp Emp.	Desp Liq.	Desp Pagas
1.144	Investimentos em Ações da Fundação Municipal de Cultura	5.000	5.000			
2.54	Manutenção das Ações da Fundação Municipal de Cultura	1.187.000	1.660.998	1.112.349	1.081.674	1.041.991
2.57	Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Cultura	450.000	510.000	458.466	458.466	438.644
2.58	Manutenção e Funcionamento da Lei de Incentivo a Cultura	320.000	2			
<b>Total Geral</b>		<b>1.962.000</b>	<b>2.176.000</b>	<b>1.570.814,39</b>	<b>1.540.139,58</b>	<b>1.480.635,3</b>

Situação metas físicas no final do exercício:

Cód. Ação	Título do Programa	Quantidade Prevista	Produto	Unidade de Medida	Quantidade Executada	% Execução
1144	Investimentos em Ações da Fundação Municipal de Cultura	1	Investimento	Ano	Medida Ano	Sem Resp.
2054	Manutenção das Ações da Fundação Municipal de Cultura	5.350	Público	UN	Sem Resp.	Sem Resp.
2057	Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Cultura	17.854	Público	UN	Sem Resp.	Sem Resp.
2058	Manutenção e Funcionamento da Lei de Incentivo a Cultura	8.034	Público	UN	Sem Resp.	Sem Resp.

3- Contingenciamento de despesas no exercício:

Não houve contingenciamento de despesas neste exercício.

4- Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos:

Não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos neste exercício.

5- As razões e/ou circunstâncias para permanência de Restos a Pagar processados e não processados por mais de um exercício financeiro:

Não houve permanência de restos a pagar processados ou não processados por mais de um exercício financeiro para esta unidade gestora.

### III – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA:

a) Quadro de pessoal, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) ocupantes de cargos efetivos, comissionados, empregos públicos, contratados por tempo determinado (Art. 37, IX, CF), conselheiros tutelares e estagiários, discriminando os comissionados que são titulares de cargo efetivo ou emprego público, bem como os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

a.1) Quadro de pessoal (quantidade):												
Vínculo	Quantidades/Mês											
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Agentes Públicos Cíveis Ativos (servidores) ocupantes de Cargo Efetivo	7	7	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6
Agentes Públicos Cíveis Ativos ocupantes de Emprego Público												
Agentes Públicos Militares Ativos												
Membros ativos de Poder ou órgão												

Agentes Políticos com Mandato Eletivo												
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na UG com vínculo efetivo com o Ente	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Ente	3	3	3	3	3	4	4	4	5	3	3	3
Servidores contratados por tempo determinado	2	2	1	1	1	1						
Estagiários	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	2	2
Servidores recebidos à disposição de outras Unidades Gestoras												
Servidores cedidos para outras Unidades Gestoras												
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo												
Servidores cedidos para outras esferas de Governo												
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários												
Conselheiros Tutelares												
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>15</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>15</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>13</b>

a.2) Quadro de pessoal (valores):													
Vínculo	Despesa Mensal da Folha de Pagamento por Vínculo/Mês												
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Tot
Agentes Públicos Civis Ativos (servidores) ocupantes de Cargo Efetivo	15.319	14.619	13.731	13.410	13.711	13.866	14.493	15.739	14.274	14.238	14.282	14.885	172.566
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Emprego Público													
Agentes Públicos Militares Ativos													
Membros ativos de Poder ou órgão													
Agentes Políticos com Mandato Eletivo													
Serv. ocupantes de cargo/emprego em comis.na UG com vínculo efetivo com o Ente	14.480	12.218	12.218	12.218	12.218	13.760	12.218	12.218	12.216	12.218	12.218	12.218	150.419
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Ente	19.054	15.925	19.054	20.201	19.054	17.376	21.559	21.559	25.449	20.572	20.572	20.572	221.894
Servidores contratados por tempo determinado	5.363	6.188	2.630	2.682	2.732								19.594
Estagiários	859	859	859	859	859	859	859	859	1.667	1.719	1.719	1.719	13.696
Servidores recebidos à disposição de outras Unidades Gestoras													
Servidores cedidos para outras Unidades Gestoras													
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo													
Servidores cedidos para outras esferas de Governo													
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários													
Conselheiros Tutelares													
<b>Total</b>	<b>55.075</b>	<b>49.809</b>	<b>48.492</b>	<b>49.370</b>	<b>29.520</b>	<b>45.862</b>	<b>49.129</b>	<b>50.375</b>	<b>53.606</b>	<b>48.747</b>	<b>48.791</b>	<b>49.394</b>	<b>578.169</b>



b) demonstrativo da quantidade de pessoas executando trabalhos na unidade jurisdicionada por meio de contratos de terceirização de serviços, contendo o posto de trabalho ocupado, bem como as despesas totais das contratações, mês a mês:

Informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N. TC 0975/2019.

c) demonstrativo dos benefícios previdenciários, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) inativos/aposentados, de pensionistas e de complementações de aposentadoria ou pensão ao valor percebido do Regime Geral da Previdência Social, pagos pelo tesouro, contendo os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

Informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N. TC 0975/2019.

d) discriminação da remuneração mensal e anual paga aos membros de diretoria, de conselho de administração e de conselho fiscal, incluindo bônus, participação em lucros e a qualquer outro título:

Informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N. TC 0975/2019.

#### IV - INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE, DISCRIMINANDO VOLUME DE RECURSOS TRANSFERIDOS E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS.

Não houve transferências de recursos a terceiros mediante convênios, termos de parceria ou de cooperação ou instrumentos congêneres neste exercício por parte da Fundação Cultural de Navegantes.

#### V – INFORMAÇÕES SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS:

a) informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes a aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação:

Modalidade/Forma	Obras e Serviços de Engenharia	Compras	Contratação de Serviço	Despesa Realizada
Concorrência	0	0	9.004,99	9.004,99
Pregão Presencial	0	41.052,79	69.325,00	110.377,79
Dispensa de Licitação (Art.24,I e II)	0	28.012,99	90.323,14	118.336,13
Dispensa de Licitação (Outras Hipóteses)	0	0	78.012,34	78.012,34
Inexigibilidade de Licitação	0	0	59.900,00	59.900,00
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>69.065,78</b>	<b>306.565,47</b>	<b>375.631,25</b>

Fonte: Betha Sapo, relatórios in-20 anexo V-a

b) indicação do órgão de imprensa oficial, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 8.666/1993:

b) Indicação do órgão de imprensa oficial:	
Nome do Órgão/Empresa:	Plataforma "Diário Oficial dos Municípios" CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
Pessoa de Contato:	Fiscais de Contrato: Portaria Nº 4077 de 20 de dezembro de 2018 Arlson Luiz Moraes - (Titular) Tatiana De Alencar Carlini - (Suplente)
CNPJ:	09.427.503/0001-12
Endereço:	Rua General Liberato Bittencourt, nº 1.885 - Sala 102, Florianópolis/SC CEP 88.070-800
E-mail:	ciga@ciga.sc.gov.br
Telefone:	(48) 3321-5300
Ato legal instituindo a atividade:	Dispensa de Licitação Nº 182/2015 PMN Contrato Nº 263/2015 Termo Aditivo 313/2018 com vigência de 01/01/2019 a 31/12/2019

b) Indicação do órgão de imprensa oficial:	
Nome do Órgão/Empresa:	Plataforma "Leis Municipais" Liz Serviços Online Ltda
Pessoa de Contato:	Fiscais de Contrato: Portaria Nº 2.008 de 13 de setembro de 2016 Patrícia Gualberto - (Titular)
CNPJ:	03.725.725/0001-35
Endereço:	Rua 200, nº 200 Bairro Andurinha, Itapema/SC CEP 88.220-000
E-mail:	financeiro@leismunicipais.com.br
Telefone:	(47) 3514-5600
Ato legal instituindo a atividade:	Inexigibilidade de Licitação Nº 96/2015 PMN Contrato Nº 131/2015 Termo Aditivo 305/2018 com vigência de 01/01/2019 a 31/12/2019

VI - INFORMAÇÕES SOBRE AS RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO E AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS (OU NÃO) NO EXERCÍCIO, DEMONSTRANDO:

a) recomendações expedidas no exercício (descrição da recomendação; providências adotadas, setor responsável pela implementação, síntese da providência adotada e dos resultados obtidos;

Não consta recomendações expedidas neste exercício para esta unidade gestora.

b) recomendações pendentes de atendimento e justificativas para o seu não cumprimento (descrição da recomendação; providências adotadas, setor responsável pela implementação, síntese da providência adotada e dos resultados obtidos).

Nº Seq	Data	Origem	Descrição do Processo	Entidade	Assunto	Nº Rec	Recomendações Emitidas	Status	Manifestação do Órgão
302	27/08/2018	Auditoria Ordinária	005/2017 - Lei de Incentivo à Cultura	Fundação Cultural	Prejetos Financiados por Fundo Municipal	1	Abertura de Processo Administrativo pela falta de contrapartida social do Projeto Revivendo Antigos Carnavais	Recomendação Não Atendida	<p>58/19: A Fundação Cultural, após a decisão da CONAC, notificou o proponente que se manifestou dentro do prazo estabelecido. Em relação a esta recomendação a Fundação Cultural demandará novo parecer da CONAC.</p> <p>48/19: A Fundação Cultural encaminhou as recomendações da auditoria para a CONAC, que solicitou a remessa das provas documentais que deram origem às recomendações em tela. Recebidas as provas documentais a CONAC decidiu emitir notificação ao proponente para posteriormente tomar as medidas cabíveis. A notificação foi emitida e aguarda o comparecimento do proponente para o devido protocolo.</p> <p>38/19: Reconhecemos que tal notificação ainda não foi emitida. Nos comprometemos a tomar as providências necessárias para sanar essa situação o mais breve possível.</p> <p>SGC - 28/06/19 - Alterando novamente para recomendação não atendida em virtude de não ter sido encaminhado nenhuma nova informação para os auditores.</p> <p>68/18: A Fundação Cultural encaminhará para a CONAC uma solicitação de notificação ao proponente, estabelecendo um prazo para manifestação. Em recebendo a manifestação a Fundação Cultural de Navegantes remeterá aos auditores para nova análise sobre a necessidade de abertura de Processo Administrativo.</p>
303	27/08/2018	Auditoria Ordinária	005/2017 - Lei de Incentivo à Cultura	Fundação Cultural	Prejetos Financiados por Fundo Municipal	2	Abertura de Processo Administrativo pela subcontratação de servidor público (participante do Projeto Revivendo Antigos Carnavais)	Recomendação Parcialmente Atendida	<p>68/19: A Fundação Cultural aguarda a abertura de processo administrativo solicitado em outubro de 2019.</p> <p>58/19: A Fundação Cultural, após decisão da CONAC, notificou o proponente, que se manifestou dentro do prazo estabelecido. Em seguida a Fundação Cultural juntou os documentos coletados e emitiu a solicitação de abertura de processo administrativo que foi protocolada junto ao gabinete do prefeito em outubro de 2019.</p> <p>48/19: A Fundação Cultural encaminhou as recomendações da auditoria para a CONAC, que solicitou a remessa das provas documentais que deram origem às recomendações em tela. Recebidas as provas documentais a CONAC decidiu emitir notificação ao proponente para posteriormente tomar as medidas cabíveis. A notificação foi emitida e aguarda o comparecimento do proponente para o devido protocolo.</p> <p>38/19: O proponente do projeto Revivendo Antigos Carnavais, ao apresentar sua prestação de contas, não apresentou qualquer documento que comprove a participação do Sr. Juliano Santos Vieira como músico vocalista. Há no relatório de execução do projeto fotos do Senhor Juliano participando das apresentações previstas no projeto, no entanto, a execução deste projeto ocorreu em parceria com a Secretaria de Turismo, inclusive com a inclusão das apresentações na programação de carnaval de cidade naquele ano, o que pode justificar a participação do Senhor Juliano Santos Vieira atuando como funcionário da Secretaria de Comunicação Social e não como um prestador de serviços do projeto. A análise da prestação de contas do referido projeto identificou irregularidade em relação ao item 6.4 do Edital referente ao pagamento das apresentações musicais, o que foi reportado ao proponente por meio da Notificação SGC nº 029/2018. Tal irregularidade foi justificada pelo proponente, mas sem apresentar qualquer documento que caracterize o pagamento de cachê ao Senhor Juliano Santos Vieira. Logo, esta Fundação, requer esclarecimentos de como a equipe de auditoria interna conseguiu identificar a participação do referido funcionário na função de músico vocalista, para que possa tomar as medidas cabíveis.</p> <p>SGC - 28/06/19 - Alterando novamente para recomendação não atendida em virtude de não ter sido encaminhado nenhuma nova informação para os auditores.</p> <p>68/18: A Fundação Cultural encaminhará para a CONAC uma solicitação de notificação ao proponente, estabelecendo um prazo para manifestação. Em recebendo a manifestação a Fundação Cultural de Navegantes remeterá aos auditores para nova análise sobre a necessidade de abertura de Processo Administrativo.</p>

## VII - ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS A CONTRATO DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO (EXIGÍVEIS SOMENTE PARA OS ÓRGÃOS ENCARGADOS DA SUPERVISÃO DESTES CONTRATOS, NO ÂMBITO DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS):

Não há contratos de gestão vigentes neste exercício para esta entidade.

## VIII - AVALIAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA CELEBRADOS PELA UNIDADE JURISDICIONADA (EXIGÍVEL SOMENTE PARA AS UNIDADES JURISDICIONADAS QUE FIRMARAM TERMO DE PARCERIA)

Não foram celebrados termos de parceria neste exercício com esta entidade, bem como não havia qualquer termo de parceria vigente no referido exercício.

Navegantes, 31 de janeiro de 2020.

Marcos Venício Montagna  
Superintendente da FCN